



Revista Brasileira de História da Educação

ISSN: 2238-0094

Sociedade Brasileira de História da Educação

Lima, Fábio Souza

A ordem do presidente JK: formação de professores primários e
interesses políticos na criação da Escola Normal Júlia Kubitschek, 19601

Revista Brasileira de História da Educação, vol. 22, 2022, pp. 1-30

Sociedade Brasileira de História da Educação

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e224>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576170157041>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A ORDEM DO PRESIDENTE JK: formação de professores primários e interesses políticos na criação da Escola Normal Júlia Kubitschek, 1960¹

The order of president JK: primary teacher training and political interests
in the creation of the Júlia Kubitschek Normal School, 1960

La orden del presidente JK: la formación del profesorado de primaria y los intereses políticos
en la creación de la Escuela Normal Júlia Kubitschek, 1960

FÁBIO SOUZA LIMA

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. E-mail: fabiosouzaclima@ufam.edu.br.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo resgatar a história da criação da Escola Normal Julia Kubitschek, em 1960, ano em que a capital do Brasil foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Especificamente, objetivou-se também abordar as políticas públicas para formação de professores primários, as tramas político-partidárias, a cobertura da imprensa carioca e a atuação de comissões de pais de alunos durante o processo de criação da unidade. O estudo teve por base os pressupostos da nova história política e a metodologia de análise de periódicos. Concluiu-se que não houve planejamento para a expansão do Curso Normal na antiga capital, sendo as barganhas políticas, a interferência presidencial e os interesses da imprensa e das famílias cariocas as peças centrais que deram origem à instituição.

Palavras-chave: história da educação; Escola Normal Julia Kubitschek; formação de professores; escola normal; política educacional.

Abstract: This article aims to reconstruct the history of the creation of the Escola Normal Julia Kubitschek, in 1960, the year in which the capital of Brazil was transferred from Rio de Janeiro to Brasília. Specifically, it also aimed to address public policies for the training of primary teachers, political party plots, coverage of the Rio press and the role of student parents' commissions during the process of creating the unit. The study was based on the assumptions of the new political history and the journal analysis methodology. It was concluded that there was no planning for the expansion of the Normal Course in the old capital, with political bargains, presidential interference, the interests of the press and Rio families being the central pieces that gave rise to the institution.

Keywords: history of education; Julia Kubitschek Normal School; teacher training; normal school; educational policy.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reconstruir la historia de la creación de la Escola Normal Julia Kubitschek, en 1960, año en que la capital de Brasil fue trasladada de Río de Janeiro a Brasília. Específicamente, también tuvo como objetivo abordar las políticas públicas para la formación de maestros de primaria, las tramas de los partidos políticos, la cobertura de la prensa carioca y el papel de las comisiones de padres de alumnos durante el proceso de creación de la unidad. El estudio se basó en los supuestos de la nueva historia política y la metodología de análisis de revistas. Se concluyó que no existía una planificación para la ampliación del Curso Normal en la antigua capital, con los pactos políticos, la injerencia presidencial, siendo los intereses de la prensa y las familias cariocas las piezas centrales que dieron origen a la institución.

Palabras clave: Historia de la Educación, Escuela Normal Julia Kubitschek, Formación de Profesores, Escuela Normal, Política Educativa.

¹ O estudo que originou este artigo contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

INTRODUÇÃO

O processo seletivo para as novas turmas de formação de professoras primárias de nível médio da capital do Brasil terminou com um grande número de excedentes no ano de 1959. Eram 237 candidatas² que reivindicavam o direito de serem matriculadas no Curso Normal da cidade, mas não foram aproveitadas ao final do certame daquele ano. Além desse número, centenas de candidatos ao ginásio dessas mesmas instituições ficaram na expectativa de também serem admitidos em seu curso para o ano letivo que se iniciava em 1960³.

Os candidatos às vagas eram atraídos pela qualidade reconhecida e prestigiada do ensino do Curso Normal, claramente renovado pelos ideais da Nova Escola, embora ainda tradicionalmente caracterizado pelo conteúdo humanístico. Estudar nessas unidades, portanto, elevava as chances de melhor colocação social, tanto quanto poderia abrir as portas para um ‘bom casamento’. Ainda se somava a essas oportunidades o fato de que as normalistas do Distrito Federal (DF) se tornavam, automaticamente, servidoras públicas da rede municipal do ensino primário ao final dos seus estudos. Dessa maneira, fosse por uma educação considerada sólida, fosse pelo reposicionamento social das suas filhas, ou por buscar um mínimo de estabilidade financeira, muitas famílias cariocas, na virada para os anos 1960, ainda desejavam o acesso a uma das cinco escolas normais do Distrito Federal (DF). Não por acaso, o concurso de 1959 mobilizou fortemente a ação dessas famílias, as quais pautavam esse assunto em jornais graças ao interesse que mantinham no tema, além de fomentar involuntariamente o discurso de caráter populista praticado por políticos no período (Lima, 2021).

Nesse momento, houve forte crescimento da procura pelos bancos escolares desde as séries de alfabetização até a formação superior. Tratava-se de um efeito característico do pós-Segunda Guerra Mundial, sendo essa época descrita como os ‘Trinta Gloriosos’ anos de fomento das redes escolares em todo o ocidente. Um período em que as promessas de desenvolvimento, mobilidade social e igualdade eram atribuídas à escola, e esta era vista como o caminho para a conquista de um *modus vivendi* burguês (Canário, 2008). No Brasil, de modo geral, a necessidade de produção de um novo ‘ser social’, urbanizado e afeito ao trabalho na incipiente indústria nacional, elevou a importância da escola como redentora das mazelas sociais e promotora do desenvolvimento da nação. Dessa maneira, as discussões sobre

² Usaremos os substantivos femininos ‘Alunas’, ‘Candidatas’ e também ‘as excedentes’ para nos referirmos a essas jovens, pois, entre os anos de 1946 até 1962, por determinação da prefeitura do Distrito Federal, o Curso Normal ficou restrito ao sexo feminino (Lima, 2017).

³ Em discurso no primeiro dia de aula da Escola Normal Júlia Kubitschek, a diretora da Escola Primária Paulo de Frontin (local onde funcionou provisoriamente a unidade) deu as boas-vindas a cerca de 800 alunos incorporados, sem apontar o número exato de novos ginásianos (Inaugurada Escola..., 1960).

melhorias na educação passavam, necessariamente, pelo combate ao analfabetismo, pela construção de novas escolas e pela formação de mais professores.

Frutos dessas discussões, os índices de analfabetismo no país estavam em 56% na década de 1940, mas diminuíram para 50,5% em 1950 e 39,4% em 1960 (Ribeiro, 2010). No estado do Rio de Janeiro, houve uma evidente expansão de suas escolas primárias graças às articulações de diferentes poderes públicos (Rizzini & Schueler, 2014). Os resultados do estado do Rio de Janeiro para o período foram de 34,24% em 1940, 29,97% em 1950 e, em 1960, 37,18%. Um índice que, à primeira vista, parece ruim, mas que, ao considerarmos que a população do estado quase dobrou no período, passando de 3.611.998 para 6.709.891, mostra resultados condizentes com a política de abertura de escolas. Já a privilegiada cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, e depois estado da Guanabara (1960), tinha índices realmente impressionantes. Mesmo abrigo metade de toda população do estado do Rio de Janeiro, seus números foram de 13,87%, 23,29% e 9,59% para as décadas de 1940, 1950 e 1960, respectivamente⁴.

Por trás desses números, estavam as cinco unidades citadas de formação de professores para atuação nas escolas primárias da cidade. A mais antiga, com raízes na Escola Normal da Corte (1880), era a Escola Normal do Distrito Federal, transformada em Instituto de Educação no ano de 1932 pelos pensadores da Escola Nova, com fins de se tornar modelo para todo o país. Em 1946, foi criada a Escola Normal Carmela Dutra (ENCD), homenageando em vida a esposa do então presidente Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático – PSD). Onze anos depois, a Lei municipal nº 906, de 16 de dezembro de 1957, criou a Escola Normal de Campo Grande. Inaugurada, efetivamente, em 1959, a unidade foi batizada como Escola Normal Sarah Kubitschek (ENSK), em mais uma homenagem em vida a uma primeira-dama. Ainda em 1959, e com referências à mesma Lei, as Escolas Normais Heitor Lira (ENHL) e Ignácio Azevedo do Amaral (ENIAA) também foram instaladas (Lima, 2017, 2019, 2021).

A sexta unidade criada no DF foi a Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK), justamente o objeto de nossa análise historiográfica a ser realizada sob uma abordagem política. A referida unidade, utilizando o nome da mãe do então presidente Juscelino Kubitschek, aparentemente, seguiu como um planejamento educacional fruto do processo de crescimento populacional e da industrialização nacional. Todavia, ao puxar o fio do novelo da história de criação da ENJK, encontramos poucos elementos verdadeiramente ligados a políticas educacionais. Ficaram evidentes, portanto, muitos jogos políticos, discussões envolvendo privilégios, interesses pessoais e tramas político-partidárias em um ano marcante para a capital do Brasil, 1960.

⁴ Para fins de cálculo, foram consideradas as populações totais do DF, diminuídas do grupo de pessoas de 0 a 4 anos. O índice de analfabetismo apresentado no censo considera aqueles que não sabem ler e escrever. O censo de 1960 diz respeito ao recém-criado estado da Guanabara, compreendendo o mesmo território do antigo DF (IBGE, 1940, 1950, 1960; Proderj, 2019).

Diante dessas questões, decidimos estudar mais detalhadamente as políticas públicas educacionais que se apresentavam com fins de atender à carência de professores primários na capital brasileira. Estudamos, também, como objetivo específico, as tramas políticas no período exato do populismo e os seus efeitos na educação da cidade. Analisamos a cobertura da imprensa acerca da instalação da referida escola normal e conhecemos os interesses sociais das famílias cariocas, refletidas na criação e atuação de comissões de pais de alunos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Dispostos a resgatar a história da Escola Normal Juscelino Kubitschek⁵, nos dirigimos, primeiramente, à unidade. No local, contudo, descobrimos que a escola não possui um acervo iconográfico ou documental organizado que pudesse ser consultado por profissionais que atuam em pesquisas acadêmicas. Da mesma forma que muitas outras unidades escolares que têm suas histórias ligadas a movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos nos níveis municipais, estaduais e federal, o passado da ENJK estava a se perder no tempo. Realizar esta pesquisa, portanto, exigiu uma metodologia específica com a qual pudéssemos ter os nossos questionamentos contemplados e a partir da qual fosse possível realizar novas indagações que nos levassem a mais fontes e a mais pesquisas.

Nos meses que antecederam a escrita deste artigo, mergulhamos na metodologia de análise de periódicos (Pasquini & Toledo, 2014). Ao abordarmos os jornais cariocas *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, bem como o *Jornal do Brasil*, de maior abrangência, consideramos as propostas dos referidos autores, as quais apontam para a “[...] importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de uma dada publicação [...] relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (Luca, 2005, p. 116).

Pode-se afirmar que a história é um contexto bem maior que uma sequência de datas e não se restringe aos fatos ou acontecimentos do passado, antes de tudo significa a luta pela vida existente entre os homens, que se expressa como instrumento de transmissão do patrimônio cultural de um povo [...] (Pasquini & Toledo, 2014, p. 265).

Seguindo por esse caminho, foi necessário pesquisar o posicionamento político de cada periódico. Consideramos, por exemplo, que o *Diário de Notícias* manteve uma postura de oposição ao presidente Juscelino Kubitschek, apontando a construção de Brasília como uma obra supérflua e caracterizando o seu governo como “[...]”

⁵ A instituição foi renomeada nos anos 1980 como Colégio Estadual Juscelino Kubitschek, embora continue a formar professores em nível médio.

aventureirismo, de corrupção e [capaz] de promover uma desastrosa política econômico-financeira” (Ferreira, n.d., p. 1). Ao abordar o *Diário Carioca* como fonte, também foi prudente saber que “Tudo que interessava à elite econômica do país em geral era encampado pelo jornal de Macedo Soares, decorrendo daí sua posição fluida e imprecisa” (Leal, n.d.b, p. 1), ou ainda que “[...] o DC era um jornal de elite, de poucos leitores, relativamente, mas de enorme influência [...]” (Medeiros, 2011, p. 10).

Ao pesquisar no *Correio da Manhã*, tornou-se importante saber que ele era considerado um ‘jornal de opinião’, com o posicionamento pró-juscelinista, embora tenha se colocado contra a construção de Brasília temendo o esvaziamento político do Rio de Janeiro (Leal, n.d.a). O *Jornal do Brasil*, ao publicar pela primeira vez uma fotografia na capa de sua edição no final dos anos 1950, contribuiu para tornar os periódicos veículos de informação mais leves, tornando o conteúdo de suas reportagens mais sensíveis aos interesses das massas, como veremos mais adiante (Brasil, 2015). Por assim dizer, enfim, foi fundamental abordar o fato de que: “[...] os meios de comunicação não são realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (Rémond, 2003, p. 441).

Com o nosso objeto ligado ao campo da política e do uso da mídia, optamos pela abordagem da nova história política como ‘ponto de condensação’ dentro de um recorte temporal singular no governo JK, o ano de 1960 (Rémond, 2003). Conforme já apontamos, essa abordagem consiste em: “ [...] ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte dos programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também esses incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens” (Jeanneney, 2003, p. 220). Com isso, munidos dos instrumentos que consideramos adequados à carência de fontes observadas acerca da última escola normal de formação de professores instalada na capital do Brasil, iniciamos a escrita dessa história.

A META SÍNTESE E A ORDEM DO PRESIDENTE

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, composto de 30 pontos, fora organizado da seguinte forma: Energia (1 a 5); Transportes (6 a 12); Alimentação (13 a 18); Indústrias de Base (19 a 29) e Educação (30). Enumerados de maneira a respeitar uma ordem de prioridades, os itens do Plano de Metas não foram tratados da mesma maneira. A Educação, ilustrando a estruturação das ações do governo sob o título ‘Formação de Pessoal Técnico’, ficou na última posição na composição geral do lema que dizia: ‘50 anos em 5’. A atenção à pasta da Educação ainda seria obscurecida pela chamada ‘meta síntese’, que, como diz o nome, ao ser levada a cabo, encobriria as falhas das demais metas. A ‘meta síntese’ era a construção de Brasília (31), que foi proposta de

última hora, apesar de ter entrado para a história como principal realização do governo JK (Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek, 1958).

As metas ligadas à Energia, a Transportes e a Indústrias de Base foram amplamente atendidas até o final do mandato de JK, chegando a receber 93% dos recursos alocados para a realização do Plano. Porém, as partes do projeto ligadas às realizações sociais não receberam a mesma atenção. No caso da Educação, além da estratégia não versar sobre novos grandes investimentos, aplicou apenas 3,4% dos valores inicialmente planejados. A maior preocupação do governo estava na formação de mão de obra técnica de nível secundário, voltada para o desenvolvimento industrial (Lafer, 1975; Xavier, 2003).

Apesar do plano desenvolvimentista de escala nacional do governo federal, havia, quanto à cidade do Rio de Janeiro, uma preocupação especial. A cidade figurava como o quarto maior eleitorado do Brasil, contando com alto nível de urbanização e alfabetização. Por conta disso, o grupo político de JK se esmerou em realizar acordos que garantissem o controle da região durante o processo de transição da capital. Tal controle passava pela aprovação da Lei San Tiago Dantas (Lei nº 3.752, 1960), em que o governo provisório da antiga capital e do recém-criado estado da Guanabara ficaria nas mãos do ex-chefe do gabinete civil do governo, José Sette Câmara Filho, até que as próximas eleições acontecessem (Motta, 2000).

Para isso, JK deveria arrefecer a forte atuação da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição que ele mesmo definia da seguinte forma:

A UDN – através sobretudo de sua implacável ‘Banda de Música’ – especializou-se na denúncia dos ‘escândalos’ da administração e na obstrução aos projetos do Executivo. ‘A UDN sempre me trouxe de canto chorado’ – dizia JK com ironia desprovida de ressentimentos. ‘É uma expressão lá de Minas, quer dizer sempre na mira para atacar, sempre perseguindo, uma perseguição medonha’ (Benevides, 1991, p. 11, grifo do autor).

Outra questão ainda se apresentou como um problema urgente a ser resolvido por JK. A criação de uma Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG) e a convocação de eleições para compor sua legislatura extinguiriam, automaticamente, os mandatos dos vereadores do antigo DF. Como era de se esperar, os vereadores do DF ficaram tensos, pois os seus mandatos deveriam se estender de 1958 até o ano de 1963. As sessões da Câmara dos Vereadores não cessaram de discutir, nos meses de fevereiro, março e abril de 1960, o direito que os parlamentares julgavam ter de terminar os seus mandatos. Os vereadores também discutiam os montantes, a título de indenização pela perda da Capital Federal, a serem destinados ao município. Debateram também o poder de JK de indicar um governador provisório para a cidade, ilustrando o quanto estava profundo o jogo político na capital brasileira (Motta, 2000).

Em tempo, é relevante apontar que as discussões na antiga capital sobre a possível fusão com o estado do Rio de Janeiro ou a criação do estado da Guanabara já haviam tomado os meios políticos, tornando-se uma das principais preocupações cariocas. Se, por um lado, a cidade era privilegiada em relação aos serviços públicos, por outro, estava ameaçada de perder toda essa estrutura de serviços, que até então era financiada pelo governo federal.

Entre julho e agosto de 1958, o *Correio da Manhã* publicou um conjunto de 32 reportagens, que, sob o sugestivo título de ‘Que será do Rio?’, reuniram opiniões de expressivas figuras do Distrito Federal e do estado do Rio – ex-prefeitos, deputados cariocas e fluminenses, empresários, técnicos em planejamento urbano, geógrafos, sociólogos, historiadores – acerca do destino da cidade após a mudança da capital para Brasília (Motta, 2000, p. 31, grifo do autor).

Em agosto de 1958, os noticiários expandiram o engajamento da população ao tema central de mudança de capital (Luca, 2005; Santos, 2008). Os periódicos abriram espaço para opiniões de psicólogos que buscaram abordar aspectos de pensamento e comportamento do carioca, enfatizadas em manchetes do jornal *Correio da Manhã* da seguinte forma: ‘Anexação fere sensibilidade dos cariocas’ (1958, p. 1), ‘Num plebiscito, fatores psicológicos atuam contra união com o Estado do Rio’ (1958, p. 1) ou ‘Será a mesma coisa sem uma reforma total de estrutura e de mentalidade [...] Psicologia que outros não tem’ (1958, p. 1).

Diante da sensibilidade dos cariocas em perder o posto de eixo político do país, o governo JK se munuiu de forte propaganda governamental e promessas de desenvolvimento econômico e integração social (Ferreira & Mesquita, 2001; Santos, 2008). Foram “[...] vários casos de apadrinhamento e nepotismo, como a indicação de parentes da primeira-dama para assumir cargos públicos ou a titularidade de rendosos cartórios em Minas e no Rio de Janeiro” (Costa, 2013, p. 311).

Também foram realizadas algumas concessões, como as anistias aos militares envolvidos nas rebeliões durante o seu governo e contra ele, notadamente em Jacareacanga e Aragarças (Benevides, 1991; Kubitschek, 2000). Igualmente, foram intermináveis as combinações e as benfeitorias em nome do governo, às quais acrescentamos a criação, com intervenção do presidente, de mais uma escola normal na cidade do Rio de Janeiro.

As concessões, os acordos, as anistias, os favores e os favorecimentos decorriam da ambição de cumprimento da meta síntese e se enquadravam em um contexto de prevalência do discurso de modernização da sociedade brasileira. Nesse sentido, considerando que o discurso de abrir novas escolas poderia ajudar a eleger candidatos, uma nova unidade de formação de professores pode ter servido não apenas como um

bálsamo ao combalido espírito do povo carioca mas também como barganha política entre os diferentes grupos que negociavam a mudança da capital.

Não por acaso, essa também era a época de um fenômeno político chamado populismo. Embora não seja pretensão neste trabalho discutir esse conceito, é importante ressaltar que o populismo não apenas tem ligações com o crescimento populacional característico desse período histórico como também é fruto de uma modernização das relações de trabalho que se modificavam nessas décadas. Sendo assim, o fenômeno do populismo foi efeito, ao mesmo tempo, da perda de representatividade nos termos de uma sociedade brasileira pré-industrial e de uma nova política de atendimentos às massas operárias urbanizadas (Gomes, 1996).

Essa relação de representatividade política emerge de nosso texto enquanto atenção dispensada aos interesses das famílias que buscavam ascensão social via educação. “[...] Na medida em que o desenvolvimento mobilizava camadas sociais cada vez mais reivindicativas – porém sem condições de serem absorvidas institucionalmente pelo sistema – contribuía para o declínio das virtualidades dos ‘anos dourados’” (Benevides, 1991, p. 19, grifo do autor), abrindo as portas para um tipo específico de atuação política, o populismo.

Seguindo esse raciocínio e os eventos até aqui apontados, nos primeiros quatro meses do ano de 1960, a pauta de discussões da Câmara dos Vereadores do DF permaneceu absolutamente obstruída, enquanto a população ainda tentava absorver os impactos da transição da capital. Foi dentro desse quadro que o concurso para as escolas de formação de professoras do DF terminou no final de fevereiro com um grande número de jovens que não conseguiram a sonhada vaga. Não demorou para que os pais das alunas pressionassem a secretaria de educação para cobrar o aproveitamento das notas de suas filhas.

No dia 11 de março de 1960, o secretário de educação e cultura Américo Lacombe reuniu a imprensa e frustrou as intenções de muitas famílias cariocas que mantinham a expectativa de matricular suas filhas nas escolas normais da cidade. Endossado pelos diretores de todas as cinco unidades, Lacombe se dedicou a explicar a razão pela qual as excedentes para o concurso daquele ano não seriam aceitas: “Não posso admitir as excedentes, pois o nível que elas alcançaram nos exames foi muito baixo” (Excedentes tiveram nível baixo nas provas: Lacombe, 1960, p. 1). Diante da insistência do grupo, o secretário ainda afirmou a outro periódico:

As jovens que estão se intitulando de excedentes não foram classificadas. Essa é a verdade. As que não foram classificadas no concurso de admissão não poderiam nunca, como é absolutamente normal e claro, serem atendidas. Foram realizadas três provas. As classificadas nas duas primeiras provas não se consideram excedentes. As que realizaram a terceira prova e não conseguiram classificação, resolveram denominar-se de excedentes. Isso é tudo.

Nada mais do que uma errônea interpretação do sentido do nome excedente (As falsas excedentes não vão cursar escolas da PDF, 1960, p. 2).

O então prefeito da capital brasileira, José Joaquim de Sá Freire Alvim, ciente de que o estado da Guanabara estava para ser criado, ratificou a posição de seu secretário afirmando que o executivo não se envolveria no caso. Na prática, enquanto o secretário de educação se resguardava nas regras do concurso, o prefeito do Distrito Federal lavava suas mãos. As leituras realizadas pelo prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim e pelo secretário Américo Lacombe sobre o campo político, no entanto, não haviam contemplado que o ano de 1960 coroava um período histórico diferenciado no DF (Rémond, 2003).

As declarações do prefeito e do secretário eram uma resposta às pressões da Comissão de Pais de alunos das escolas normais. Essa Comissão havia sido fundada no ano anterior com a meta de resguardar o que seriam os direitos das normalistas, além de ‘auxiliar’ a prefeitura nos processos seletivos para o Curso Normal (Lima, 2017). A Comissão passou a agir de acordo com o que seria as suas responsabilidades. No dia 18 de março de 1960, tendo à frente o advogado Jorge Chaloupe Sobrinho, o grupo de pais conseguiu um mandado de segurança que forçava a prefeitura a matricular as candidatas (Mandado de segurança para excedente obter matrícula, 1960, p. 1).

Além de judicializar o caso, as famílias mobilizaram a Câmara dos Vereadores. O vereador Frederico Trotta (PSD), atuante na criação da ENIAA, prometeu apresentar um projeto de lei que beneficiasse as candidatas que alcançaram a média mínima para a aprovação na ENCD (Lima, 2020). Dez dias depois do mandado de segurança, outro vereador, Amando Fonseca (PTB), declarou que tanto o secretário quanto o prefeito “[...] tinham muita má vontade para com a pretensão justa das futuras professoras” (Câmara dos D. Federal, 1960, p. 8).

A Comissão de Pais das alunas não aproveitadas foi também diretamente à Presidência da República solicitar ao vice-presidente João Goulart (PTB) e ao próprio presidente Juscelino Kubitschek (PSD) para que intercedessem junto à prefeitura do DF. Sendo Kubitschek e Goulart integrantes dos mesmos partidos que Trotta e Fonseca, coligados no pleito eleitoral presidencial de 1955, a pressão da Comissão de Pais, definitivamente, havia chegado à esfera federal. Na sessão seguinte da Câmara dos Vereadores do DF, no dia 1 de abril de 1960, o vereador Amando da Fonseca afirmou que o próprio presidente da República, em conversa pelo telefone, teria dado a ordem ao prefeito para matricular as candidatas.

PRESIDENTE ORDENOU

No início da sessão, o sr. Amando da Fonseca anunciou que o presidente da República se comunicara, pelo telefone, com o prefeito e perguntara o motivo pelo qual as excedentes das escolas normais não estavam matriculadas e o chefe do Executivo municipal lhe respondera que estava aguardando ordem para isso. E acrescentou o vereador: 'Nesta altura, o presidente disse: se falta a ordem, ela desde já está dada' (Presidente ordenou, 1960, p. 6, grifo do autor).

A fala do vereador criou um imediato mal-estar entre os poderes executivo e legislativo do DF. Os vereadores alegaram interferência de um poder sobre outro. Independente das candidatas serem excedentes, como elas mesmo afirmavam, ou serem reprovadas, como afirmavam as normalistas e o secretário de educação, a ordem do presidente as admitia como novas alunas da rede. Três dias depois, o secretário Lacombe não resistiu à pressão e pediu demissão, demonstrado incômodo com a interferência federal sobre os negócios da municipalidade.

'Volto ao meu cargo federal, de acordo com decreto', declarou ao Correio da Manhã o sr. Lacombe e, virando-se para o se. Maciel Pinheiro, concluiu: 'Há cinco anos as coisas vinham-se processando bem; agora são 3.500 normalistas, mas o problema não é mais meu'. Referia-se às excedentes protegidas por ordem presidencial que o levou à renúncia do cargo (Trabalhei com lealdade, não pude mais resistir, 1960, p. 6, grifo do autor).

No mesmo 5 de abril em que se demitiu o secretário de educação, o Diretor do Instituto de Educação (IE), Mário de Brito, e a Diretora da ENCD, professora Hilda Matos, também se demitiram. Enquanto as duas unidades de formação de professores primários ficavam sem diretores, periódicos como o *Jornal do Brasil*⁶ destacavam, nas mesmas páginas, o início da atuação das alunas de todas as unidades nesse episódio:

Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra à greve. Organizando-se em movimento comum com as alunas das outras quatro escolas normais da Prefeitura (Instituto de Educação, Escolas Sarah Kubitschek, Heitor Lira e Ignácio Azevedo do Amaral), as grevistas se reunirão hoje às 8h30m, na Praça do Congresso, para daí empreenderem uma passeata ao Catete (Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve, 1960, p. 9).

⁶ O *Jornal do Brasil* apresentou, durante os anos 1950 e 1960, uma oposição moderada aos governos, não assumindo grandes embates nesse período, embora tenha assumido também abordar questões de educação por conta do grande interesse do público carioca (Leal, 2009; Brasil, 2015).

Sob a notícia de que o presidente se envolveria na admissão das candidatas excedentes no concurso de 1960, as cinco escolas normais da municipalidade se uniram em protestos que visavam a denunciar a falta de estrutura das unidades. A denúncia realizada naquele ano contrastava com a imagem construída de que a educação pública vivia os seus 'anos dourados'. Na virada para os anos 1960, o afamado IE já não recebia a mesma atenção da época em que os educadores da Escola Nova Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, estiveram diretamente envolvidos com a instrução municipal do DF (Lopes, 2013).

CONTRA A ESCOLA NORMAL JÚLIA KUBITSCHKE

Com apoio da direção da unidade, o IE aproveitou a polêmica que tomou os jornais cariocas para denunciar uma série de problemas em seu prédio-monumento. Diante das discussões sobre a expansão forçada do número de vagas para a formação de professores, a unidade modelo para o país denunciava como as goteiras na biblioteca e em outras salas, o pátio sujo, as paredes sem emboço, os bebedouros e as cadeiras quebradas interferiam na qualidade de seu ensino, conforme mostra a Figura 1 (É profundamente lamentável o estado de nossas dependências, 1960).



Uma assistente do diretor aponta as infiltrações das chuvas na Biblioteca

Figura 1 – Diretor do I.E.

Fonte: É profundamente lamentável o estado de nossas dependências (1960).

O *Jornal do Brasil* foi um dos responsáveis por introduzir uma ‘mítica modernização’ no estilo editorial dos periódicos na época (Barbosa, 2006). Se, antes, os jornais eram pesados, com a linguagem considerada rebuscada e de difícil compreensão, o uso frequente de imagens ajudou a popularizar essa mídia, tornando-os mais acessíveis à massa da população (Jeanneney, 2003; Pasquini & Toledo, 2014; Luca, 2005). Expor uma imagem que buscava retratar o estado depauperado do prédio que deveria ser referência ajudou a motivar as alunas do Instituto de Educação a agir contra o que consideraram falta de cuidados com a formação de professores. Piorava essa situação o fato de que as Escolas Normais Carmela Dutra, Sarah Kubitschek, Ignácio Azevedo do Amaral e Heitor Lira permaneciam funcionando provisoriamente dentro de escolas primárias, contando com pouca estrutura para a formação das profissionais de ensino (Lima, 2017).

Num movimento de protesto contra o aproveitamento das excedentes, cerca de cinco mil normalistas organizaram, para a manhã de hoje, uma passeata monstro, do Museu de Arte Moderna ao Palácio do Catete, onde tentarão provar ao Presidente da República que o Instituto de Educação e as Escolas Normais Carmela Dutra, Sarah Kubitschek, Azevedo Amaral e Heitor Lira não dispõem de condições para acomodar novas alunas. Só o Instituto de Educação, cuja capacidade máxima é de 3.800 alunas, conta, atualmente, com um total de cinco mil, apesar do quase completo abandono que se vê relegado pela prefeitura. A passeata, que é também um ato de desagravo aos Professores Mário Brito, diretor do IE, Jacobina Lacombe, Secretário de Educação, e Hilda de Matos, diretora da Carmela Dutra, que se demitiram após a ordem presidencial de aproveitamento das excedentes, foi decidida em assembleia-geral realizada ontem à tarde, no auditório do IE. Paralelamente ao protesto das normalistas, a Câmara dos Vereadores estará votando, hoje, o projeto que determina a matrícula das candidatas que não lograram aproveitamento nos exames de admissão as escolas normais da PDF (Normalistas (hoje) com JK: contra excedentes, 1960, p. 1).

Com o apoio presidencial e a promessa na Câmara dos Vereadores de que as excedentes seriam admitidas mesmo diante dos problemas estruturais presentes nas unidades, as estudantes das cinco escolas normais organizavam, juntas, passeatas pelas ruas do Distrito Federal. Em paralelo, surgiram rumores de que, para receber as excedentes que estariam sendo protegidas pelo presidente, seria criada mais uma escola normal, notícia essa que inflamou ainda mais os ânimos das normalistas.

No dia 7 de abril, alunas das cinco escolas normais do Distrito Federal lotaram o auditório do IE, como pode ser averiguado na Figura 2. Ignorando as competências da Câmara dos Vereadores e do prefeito, o grupo combinou de pressionar diretamente a Presidência da República no Palácio do Catete. O posicionamento das jovens e suas famílias era abertamente contrário à criação da nova unidade, tendo como argumento a qualidade da educação a ser mantida e a falta de estrutura das escolas normais já em funcionamento.



Figura 2 – Normalistas (hoje) com JK: contra excedentes.

Fonte: Normalistas (hoje) com JK: contra excedentes (1960).

No dia 8 de abril, os boatos de criação de uma nova escola normal se tornaram realidade. Mesmo diante dos protestos, um dos correligionários de JK, o vereador Frederico Trotta, apresentou o projeto de criação de mais uma unidade no apagar das luzes do antigo Distrito Federal. Graças ao projeto vitorioso de criação da ENIAA, o qual liderou, Trotta havia alcançado a projeção popular que faltava a Amando Fonseca para capitanear a proposta da nova escola. A apresentação desse projeto tornou o caso ainda mais notório e fomentou mais protestos das normalistas (Figura 3) contra a Presidência da República, uma vez que, àquela altura, não era mais possível identificar, na prática, as competências e as distinções entre os poderes municipais e federais (Luca, 2005).

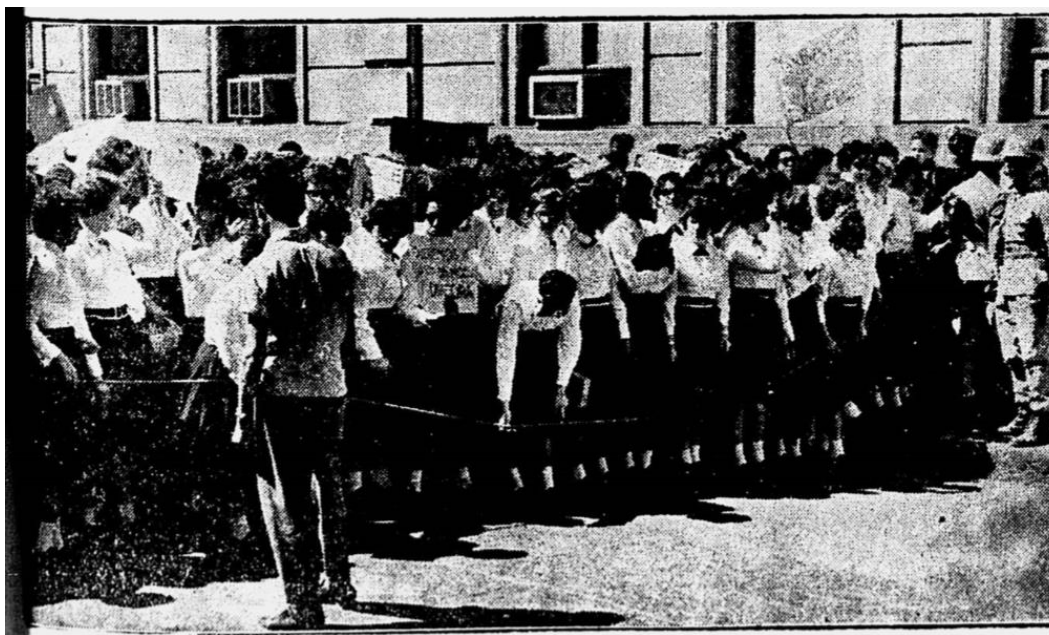


Figura 3 – Não se sabia no Catete do caso das excedentes.
Fonte: Cordão contra normalistas (1960).

Cerca de sete mil normalistas⁷ das cinco escolas da Prefeitura foram ontem ao Catete para manifestar ao presidente da República o seu desagrado pela ordem para matricular as excedentes, praticamente reprovadas nos últimos exames de admissão. O Sr. Kubitschek negou-se a receber as moças e só uma comissão delas (dez ao todo) pode entrar em Palácio, onde as recebeu o subchefe da Casa Civil, Sr. Ciro dos Anjos, que nada sabia a respeito e ficou muito espantado com tudo. [...] foi a primeira vez que as cinco Escolas Normais fizeram uma passeata juntas (Cordão contra normalistas, 1960).

Por outro lado, o advogado Jorge Saloupe Sobrinho passou a defender a causa das candidatas excedentes. Sobrinho aproveitou para acusar publicamente o ex-diretor do IE, Mário de Brito, de promover a animosidade entre os grupos e incitar as normalistas aos protestos contra JK e contra a nova escola normal. Os periódicos *Diário Carioca*, *Última Hora* e *Diário de Notícias* reproduziam a acusação de Saloupe Sobrinho em diferentes momentos⁸, enquanto as normalistas transitavam do executivo federal ao legislativo municipal, pressionando para que as excedentes não fossem matriculadas e para interromper o projeto de criação da nova unidade.

⁷ O número de sete mil normalistas parece exagerado. O secretário de educação já havia apontado um quantitativo total de alunas na ordem de 3.500. No entanto, é preciso considerar que, nos protestos, também estavam alunos dos ginásios das escolas e as suas famílias, podendo fazer o número de protestantes chegar ao que foi noticiado.

⁸ 'Quórum' adiou (para hoje) votação da escola normal (1960); Prefeito aprovará amanhã Escola Sarah Kubitschek (1960); Instruídas por seu diretor, normalistas prosseguirão em greve contra ato de JK (1960); Ex-excedentes contra excedentes (1960).

Segundo uma comissão de normalistas, que representando todas as Escolas do Distrito veio ontem ao Jornal do Brasil, somente ‘a ignorância da diferença existente entre reprovadas e excedentes pode ter levado o Presidente da República a ordenar ao Secretário de Educação a instalação de uma Escola só para as alunas de empurrão’.

‘– E se mais uma Escola tiver de ser instalada não se compreende que seja para aproveitar as falsas excedentes: principalmente em se sabendo que a Escola Azevedo Amaral não tem sede própria, funciona em prédio emprestado’ (Campanha contra empurrão prossegue: normalistas vão ficar em greve até segunda, 1960, p. 1, grifo do autor).

A afinidade do movimento com as direções das unidades, principalmente o IE e a ENCD, tornaram-se evidentes quando o *Jornal do Brasil* também publicou o que seria a condição para o fim da greve.

‘Rejeitando o projeto, retornarão aos seus cargos não apenas o Secretário de Educação mas também os diretores do Instituto e da Escola Normal Carmela Dutra, que se demitiram em solidariedade ao Sr. Américo Jacobina Lacombe. A rejeição e o retorno são, portanto, condições suspensivas da greve’ (Campanha contra empurrão prossegue: normalistas vão ficar em greve até segunda, 1960, p. 1, grifo do autor).

A participação em massa das normalistas chamava a atenção da mídia da mesma maneira que chamava a atenção a adesão das famílias das estudantes que avolumavam ainda mais o movimento. No dia da apresentação do projeto na Câmara, as normalistas, as excedentes e as famílias dos dois grupos se encontraram.

Colocadas frente a frente, em dois setores diferentes das galerias da Câmara, as normalistas, de um lado, e as excedentes, de outro, travaram, ontem, um duelo de interesses, assistindo os debates, na Câmara, em que se votara o projeto do aproveitamento das últimas. No final, venceram as excedentes, que promoveram ruidosas manifestações, enquanto as normalistas se retiraram em silêncio, antes da votação (Excedentes ganham escola, 1960, p. 1).

O ex-diretor Mário de Brito (IE), mesmo depois de se demitir, se posicionou no dia seguinte ao *Correio da Manhã*: “As que se dizem excedentes, não o são de fato. São elas as candidatas recusadas após a última prova e muitas lograram, apenas, em algumas das provas que fizeram notas iguais a 0,2 e 0,3. Essas as que foram ‘mandadas’ matricular” (Normalistas protestam contra a matrícula de favor da excedentes, 1960,

p. 6, grifo do autor). A ex-diretora Hilda Matos (ENCD), por sua vez, já havia se colocado poucos dias antes:

– Que os pais lutem pela admissão de suas filhas, mesmo que elas não tenham alcançado o nível exigido pelo concurso de seleção, é natural; mas, é incrível que as autoridades cedam à pressão de movimento que é liderado inclusive por pessoa de fora, influente, que tem filha e sobrinhas reprovadas. Seria uma desumanidade, realmente, deixar fora da escola, por falta de vagas alunas que fizeram o exame e passaram. Mas, não é este o caso atual. Será um prejuízo tremendo para o nível intelectual das escolas normais a admissão dessas alunas que obtiveram notas baixíssimas, já sabendo de antemão, portanto, que não poderiam ser selecionadas. Já estive, em outras ocasiões, ao lado de excedentes – mas, naquelas vezes, era excedentes mesmo. Desta vez, não há dúvida de que elas não devem ser aproveitadas (Ordem do presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve, 1960, p. 9).

Enquanto os jornais cariocas apontavam a passividade da prefeitura diante da pressão exercida pelo governo federal, Juscelino Kubitschek, apesar da insistência das protestantes, continuava sem receber a comissão que tentava barrar o projeto. Não demorou para que a simpatia pelo perfil cativante do presidente fosse substituída pelo escárnio, retratado pelo *Correio da Manhã*, bem em frente ao Palácio do Catete, como é possível observar na Figura 4.



Figura 4 – “Bossa nova: nós por seleção, elas por empurrão”.

Fonte: Presidente não recebeu normalistas no Catete (1960).

Depois da primeira demonstração de força, próximo à sede do governo federal, as passeatas das normalistas uniformizadas foram proibidas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (Lima, 2017). O que foi visto nos dias seguintes demonstrava que um acordo precisava ser realizado para que a pauta da Câmara fosse destravada.

A 'TRANQUILIDADE DOS ESPÍRITOS' E A PARTIDA DE JK PARA BRASÍLIA

A oposição ao projeto e a ação do governo federal foi capitaneada em nível municipal pela vereadora Maria Ligia Lessa Bastos (UDN). A vereadora já havia tentado impedir, a todo custo, a criação da ENCD nos anos 1940, procurando manter a centralização da formação de professores no IE (Lima, 2016). Assim, coerente com o que havia defendido anteriormente, votou contra a criação de uma nova unidade. Ao lado dela na votação, estiveram: Raul Brunini (UDN), Dulce Magalhães (Partido Democrata Cristão – PDC), Arnaldo Nogueira (UDN) e Luciano Lopes (Partido Libertador – PL) (Aprovado sem emendas o projeto criando a nova Escola Normal, 1960, p. 6).

Apesar da organização da oposição, o projeto de número 392-A foi aprovado no dia 8 de abril com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criada uma escola normal da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal a ser instalada ainda no corrente ano, na região da Tijuca – Rio Comprido – Estácio de Sá – Centro, com as mesmas finalidades e regulamentos vigentes para a Escola Normal Carmela Dutra.

Parágrafo 1º – Serão matriculadas no corrente ano no primeiro ano do curso normal da escola ora criada as candidatas não aproveitadas por falta de vaga, na última prova de seleção feita no corrente ano para os demais cursos normais da PDF.

Parágrafo 2º – Para os alunos que se matricularem a partir de 1961 nos cursos ginasiais do Instituto de Educação e nos das demais escolas normais mantidas pela PDF, fica extinta a prerrogativa do acesso automático aos respectivos cursos de formação de professores primários (cursos normais).

Parágrafo 3º – Serão aproveitadas no corrente ano escolar todas as candidatas ao concurso de seleção para admissão à primeira série do Curso Ginásial do Instituto de Educação e Escola [Normal] Carmela Dutra que realizaram as provas do referido concurso e são consideradas aprovadas, porém, excedendo o limite de vagas que foi estabelecido. Serão aproveitadas, também as excedentes de 1959 [sic] (Aprovado sem emendas o projeto criando a nova Escola Normal, 1960, p. 6).

O jornal *Diário Carioca* e o vereador Frederico Trotta repetiram o procedimento de autopromoção, com a criação de uma escola de formação de professores. A manchete de primeira página do periódico foi: ‘Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”’. Em seguida, a reportagem destacou, ainda: “Veio ontem à redação do DIÁRIO CARIOCA uma comissão de excedentes dos cursos ginásial e normal das escolas normais da Prefeitura, a fim de expressar seu agradecimento ao presidente da República [...]” (Vereador aprovou..., 1960, p. 1).

A criação dessa unidade de formação de professores poderia passar sem chamar a atenção. Mas o fato de ela ter ocorrido em meio a um imbróglio institucional, no qual não se reconhecia ao certo quando terminava a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e quando começava a nova Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, ofereceu uma condição especial à sua história. Conforme apontamos, também contou para a especificidade dessa história uma clara interferência do executivo federal sobre a esfera municipal. O fato de a tramitação e a aprovação do projeto de nova escola terem ocorrido de maneira apressada, sem emendas, em meio à pauta declaradamente obstruída da Câmara, aponta para a negociação política de diferentes grupos e interesses nesse processo. Não por acaso, poucos dias depois:

[...] impasse só resolvido na madrugada do dia 12 de abril. Com algumas emendas, um segundo substitutivo foi então apresentado à Câmara como ‘a fórmula de tranquilidade dos espíritos’. A urgência pedida por Sérgio Magalhães [PTB] foi finalmente aprovada a partir de entendimentos entre as lideranças da UDN, do PTB e do PSD, e o novo substitutivo se transformou na Lei nº 3.752, com ‘normas para a convocação da Assembleia Constituinte da Guanabara e outras providências’, conhecida como Lei San Tiago Dantas e considerada a certidão de nascimento do mais novo estado da Federação brasileira (Motta, 2000, p. 33-34, grifo do autor).

Para além da aprovação do projeto de criação da nova escola, tal substitutivo reafirmou o poder de escolha do governador provisório pelo presidente da República. O substitutivo reconhecia, ainda, “[...] o direito de os 50 vereadores integrarem, junto com os 30 deputados a serem eleitos em outubro, a futura Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara” (Motta, 2000, p. 34).

Nos dias que antecederam a mudança de capital, as novas alunas do curso de formação de professores se mostraram confiantes na instalação da escola normal: “– Temos a palavra do presidente Juscelino Kubitschek, que não é homem para recuar; basta ver a construção de Brasília – disse uma delas. Esperam também estar estudando na nova escola antes da mudança da capital para Brasília” (Convite a Dona Júlia para estreitar a escola, 1960, p. 1).

No dia em que JK embarcou para Brasília, 20 de abril, Sette Câmara tomou posse como governador provisório do estado da Guanabara. A data de inauguração simbólica da ENJK seria também essa, a ser realizada no prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), às 10 horas (3 podem..., 1960). No entanto, a festa de abertura da cidade que afastaria as decisões políticas das pressões populares era mais importante para os parlamentares.

Finalmente, no dia seguinte ao embarque da comitiva presidencial para Brasília, o *Diário Carioca* publicava, na capa de seu exemplar matutino, quase todos os sujeitos envolvidos nesse processo, como exposto na Figura 5. Em letras grandes, veio a referência à escola para as excedentes, juntamente com a menção à nova ALEG, que mantinha os velhos vereadores do DF. O prefeito Sá Freire fora mostrado em toda sua impotência, enquanto o presidente JK era fotografado a caminho da realização de sua meta síntese.



Figura 5 – Despedida de JK: Catete e S. Dumont.

Fonte: Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembléia (1960).

A escola, contudo, não foi imediatamente inaugurada. A responsabilidade de assinatura da lei passou para a ALEG, que o fez somente em 26 de abril de 1960, conforme mostra a Figura 6. Enquanto o presidente da nova casa legislativa assinava a lei, o periódico que mais acompanhou o caso das excedentes comentava: “[...] para a imediata instalação, só falta o prédio” (Aprovação hoje da lei que dará escola para excedentes, 1960, p. 1).



Figura 6 – Aprovação hoje da lei que dará escola para excedentes.
Fonte: Excedentes ganharam escola (1960).

Com o anúncio da assinatura do projeto, Frederico Trotta tentou uma última investida política para a promoção do próprio nome. Ciente de que a inauguração da nova capital era um assunto resolvido, propôs que a nova unidade se chamasse “Escola Normal Estácio de Sá” (Celso vai aprovar projeto: excedentes, 1960, p. 3). Seria uma homenagem ao fundador da cidade do Rio de Janeiro, mas foi abertamente rejeitada pelas excedentes, que permaneceram fiéis a JK.

NÃO MUDARÃO NOME

Sabedores de que o sr. Frederico Trotta havia proposto outro nome para a nova escola, as excedentes informaram ao DC que, em absoluto, darão sua aquiescência àquela iniciativa. ‘<<O nome já foi dado e a placa alusiva à inauguração já está feita. É uma sincera homenagem à mãe do grande presidente Juscelino Kubitschek>>’ – afirmaram. (Excedentes (237) vencem batalha pela matrícula, 1960, p. 1, grifo do autor).

O periódico também informou que as alunas realizaram um abaixo-assinado com 800 assinaturas requerendo que o nome de Júlia Kubitschek fosse utilizado na nova escola normal (Excedentes vão inaugurar a Escola Júlia Kubitschek – Titular da Educação mandará cumprir a Lei, 1960, p. 12). Além disso, as novas alunas da rede

organizaram duas caravanas, uma para Brasília, e outra para a cidade de Diamantina (MG), visando a convidar JK e a mãe para a inauguração da unidade, mesmo que ainda não tivessem uma sede.

Em uma última tentativa de barrar a criação da escola, as normalistas impetraram um mandado de segurança (Excedentes, 1960). Em contrapartida, as excedentes alugaram, com recursos próprios, um prédio na Tijuca, mesmo bairro onde funcionava o Instituto de Educação. Receosas de haver qualquer revés no processo que as admitia, apresentaram o espaço alugado ao recém-empossado secretário de Educação e Saúde, Celso Cunha. Nessa ocasião, Marilda Cavalcante Horta ofereceu as dependências da Escola Paulo de Frontin para que a escola normal fosse instalada, o que acalmou as excedentes e livrou a nova unidade da Federação de passar pelo constrangimento de ter uma escola funcionando em um prédio alugado pelas próprias alunas.

Com a sede e o nome, a inauguração foi finalmente acertada para 15 de junho de 1960, dentro da Escola Paulo de Frontin, na Rua Barão de Ubá (Figura 7). Enquanto uma das unidades funcionava isolada na zona sul, e as outras foram distribuídas pelo interior da cidade, às margens da linha férrea, a ENJK foi inaugurada a menos de um quilômetro do IE. Uma evidência da falta de planejamento e da sobreposição de interesses políticos diante da educação pública.

A diretora Marilda Cavalcanti Horta ficou à frente das duas escolas. Ao que tudo indica, nem Juscelino, nem Júlia Kubitschek estiveram presentes em sua inauguração, apesar do esforço das alunas. O jornal *Diário Carioca*, agraciado pela ENSK, escreveu sobre as autoridades estaduais que prestigiaram o evento, mas não sobre o presidente e sua mãe.



Figura 7 – Emblema de Ouro para o DC.

Fonte: Inaugurada a Escola “Júlia Kubitschek” (1960).

A unidade permaneceu funcionando na Escola Paulo de Frontin até 1961, e depois mudou-se para o centro da cidade, onde passou a dividir as instalações com o Liceu de Artes e Ofícios até o ano de 1979. Nesse último ano, se transferiu, definitivamente, para a Rua General Cadwell, número 182, também no centro. O hino da unidade foi composto pela professora e musicista Olintina Costa entre os anos 1960 e 1961 (Chaves, 2000), sendo o responsável pela letra o professor Geraldo Menezes.⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de cinco unidades de formação de professores, instaladas até 1960, sustentou o crescimento da rede de ensino primário no Distrito Federal e possibilitou índices de alfabetização e urbanização diferenciados em relação ao resto do país. Apesar disso, mantinha-se evidente a necessidade de formar mais professores para atuação nos subúrbios da capital. Não obstante essa carência de profissionais nessas regiões mais pobres, a sexta unidade foi criada no bairro do centro da cidade, próximo ao IE.

O contexto histórico de criação da unidade ainda envolvia a mudança da capital para a cidade de Brasília, a perda de serviços públicos antes administrados e sustentados pela esfera federal e a extinção dos mandatos dos parlamentares da Câmara dos Vereadores do DF na cidade do Rio de Janeiro. As negociações de políticos municipais e federais foram decisivas no processo de instalação da escola, bem como o envolvimento do próprio presidente da República. Nesse contexto, a representação política das famílias cariocas encontrou com os interesses de parlamentares em manter os seus mandatos e em inaugurar uma nova capital para o Brasil, longe das pressões populares, como foi o caso dos protestos das normalistas.

A representação da Comissão de Pais também esteve fortemente mediada pelos veículos de imprensa, os quais, ampliando suas bases de leitores, buscou atender aos interesses das classes médias e de frações das elites que buscavam, na formação do Curso Normal, melhores oportunidades para seus filhos. Assim, ao considerarmos esses fatores, concluímos que a criação da sexta escola normal da cidade do Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal, foi fruto de um contexto histórico específico que pouco envolveu interesses reais em educação. Ao contrário, ficaram evidentes as barganhas políticas, os interesses da imprensa e as ações das famílias cariocas como peças centrais que deram origem à instituição.

Todavia, são poucas as unidades educacionais que possuem uma história tão interessante. Nomeada como Escola Normal Júlia Kubitschek, ligada, originalmente, ao contexto político do ano de 1960, a qualidade da educação dedicada aos seus alunos provou que ela iria além daquela conjuntura. Com a mudança para a sua sede

⁹ Foi impossível aferir o ano exato da criação do Hino. Entretanto, nossa primeira referência encontrada data do Dia das Mães do ano de 1961, isto é, no mês de maio. Dessa forma, consideramos sua criação entre os anos de 1960 e 1961 (Educação moral e cívica nas escolas, 1961).

definitiva, em 1979, a ENJK se estabeleceu e se fortaleceu nas décadas seguintes. Atualmente, é uma das mais importantes unidades de formação de professores de nível médio, ainda em funcionamento, na cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Anexação fere sensibilidade dos cariocas. (1958, 12 de agosto). *Correio da Manhã*. p. 1.

Aprovação hoje da lei que dará escola para excedentes. (1960, 26 de abril). *Diário Carioca*. p. 1

Aprovado sem emendas o projeto criando a nova Escola Normal. (1960, 9 de abril). *Correio da Manhã*. p. 6.

Barbosa, M. C. (2006). Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, 12(2), 215-234.

Benevides, M. V. (1991). O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In Â. C. Gomes (Org.), *O Brasil de JK* (2a ed., p. 9-22). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Brasil, B. (2015). *Jornal do Brasil*. Recuperado de: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/#:~:text=Di%C3%A1rio%20e%20matutino%2C%20o%20Jornal,Sousa%20Dantas%20e%20Joaquim%20Nabuco.&text=V%C3%ADtima%20de%20longa%20e%20severa,a%20existir%20somente%20na%20internet>

Câmara dos D. Federal. (1960, 29 de março). *Jornal do Brasil*. p. 8.

Campanha contra empurrão prossegue: normalistas vão ficar em greve até segunda. (1960, 9 de abril). *Jornal do Brasil*. p. 1.

Canário, R. (2008). A escola: das “Promessas” às “Incertezas”. *Revista Unisinos*, 12(2), 73-81.

Celso vai aprovar projeto: excedentes. (1960, 26 de abril). *Diário Carioca*. p. 3.

Chaves, I. (2000). *Vestida de azul e branco como manda a tradição: cultura e rituais na escola*. Rio de Janeiro, RJ: Editoras Quartet e Intertexto.

Convite a Dona Júlia para estrear a escola. (1960, 13 de abril). *Diário Carioca*. p. 1.

Cordão contra normalistas. (1960, 8 de abril). *Diário de Notícias*. p. 1.

Costa, W. C. (2013). “Eu vou pra Maracangalha, eu vou ...”: JK e a Distopia Brasília na música popular e nas charges da revista *Careta* (1956-1960). *Revista Varia história*, 29(49), 303-332.

É profundamente lamentável o estado de nossas dependências. (1960, 2 de abril). *Correio da Manhã*. p. 5.

Educação moral e cívica nas escolas. (1961, 20 de maio). *Diário de Notícias*.

Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembléia. (1960, 21 de abril). *Diário Carioca*. p. 1.

Excedentes. (1960, 27 de abril). *Diário Carioca*.

Excedentes (237) vencem batalha pela matrícula. (1960, 27 de abril). *Diário Carioca*. p. 1.

Excedentes ganham escola. (1960, 9 de abril). *Diário de Notícias*. p. 1

Excedentes ganharam escola. (1960, 27 de abril). *Diário Carioca*. p. 1.

Excedentes tiveram nível baixo nas provas: Lacombe. (1960, 11 de março). *Diário de Notícias*. p. 1

Excedentes vão inaugurar a Escola Júlia Kubitschek – Titular da Educação mandará cumprir a Lei. (1960, 30 de abril). *Diário Carioca*. p. 12

Ex-excedentes contra excedentes. (1960, 12 de abril). *Diário de Notícias*. p. 10.

As falsas excedentes não vão cursar escolas da PDF. (1960, 18 de março). *Correio da Manhã*. p. 2.

Ferreira, M. M. (n.d.). *Diário de Notícias*. Recuperado de:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>

Ferreira, M. M. & Mesquita, C. (2001). Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. In P. R. Pereira (Org.), *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil* (p. 329-368). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

Gomes, Â. C. (1996). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, 1(2), 31-58.

IBGE (1940). *Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico*. Recuperado de:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

IBGE (1950). *Recenseamento geral do Brasil 1950: censo demográfico*. Recuperado de:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

IBGE (1960). *Recenseamento geral do Brasil 1960: censo demográfico*. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Inaugurada Escola “Júlia Kubitschek”. (1960, 16 de junho). *Diário Carioca*. p. 12.

Instruídas por seu diretor, normalistas prosseguirão em greve contra ato de JK. (1960, 12 de abril). *Última Hora*. p. 7.

Jeanneney, J.-N. (2003). A mídia. In R. Rémond (Org.), *Por uma história política* (p. 185-212). Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV.

Kubitschek, J. (2000). *Por que construí Brasília*. Brasília, DF: Senado Federal.

Lafer, C. (1975). O planejamento no Brasil: observações sobre o plano de metas – 1956-1961). In B. M. Lafer. *Planejamento no Brasil* (p. 29-50). São Paulo, SP: Perspectiva.

Leal, C. E. (n.d.a). *Correio de Manhã*. Recuperado de: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>

Leal, C. E. (n.d.b). *Diário Carioca*. Recuperado de: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>

Leal, M. J. (2009). Os jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 40 e 50. In *Anais do 14º Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional – Regiocom*. São Paulo, SP

Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960. (1960). Recuperado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-norma-pl.html>

- Lima, F. S. (2019). Instituto de Educação Sarah Kubitschek: as origens da “Brasília de Miécimo” (1957). *Revista Contemporânea de Educação*, 14(30), 167-186.
- Lima, F. S. (2021). “Não pode casar ainda/só depois que se formar”: controle do corpo e formação de professoras normalistas na capital do Brasil (1920-1950). *Educar em Revista*, 37(e75693).
- Lima, F. S. (2016). *As normalistas chegam ao subúrbio – a história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*. São Paulo, SP: AllPrint.
- Lima, F. S. (2017). *As normalistas do Rio de Janeiro - o ensino normal público carioca (1920-1970): das tensões políticas na criação das instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lima, F. S. (2020). Quando “ser professor” servia às elites: a Escola Normal Ignácio Azevedo Do Amaral (1950-1970). *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, 29(60), 322-344.
- Lopes, S. C. (2013). Políticas e formação de professores nos anos 1950: problematizando os anos dourados do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. *Cadernos de História da Educação*, 12(1), 333-343.
- Luca, T. R. (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (p. 111-153). São Paulo, SP: Contexto.
- Mandado de segurança para excedente obter matrícula. (1960, 19 de março). *Diário Carioca*. p. 1.

Medeiros, B. (2011). Nunca houve um jornal como ele. In C. Costa (Org.), *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Cadernos da Biblioteca Nacional*.

Motta, M. (2000). *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Normalistas (hoje) com JK: contra excedentes. (1960, 7 de abril). *Última Hora*. p. 1.

Normalistas protestam contra a matrícula de favor da excedentes. (1960, 10 de abril). *Correio da Manhã*. p. 6.

Num plebiscito, fatores psicológicos atuam contra união com o Estado do Rio. (1958, 08 de agosto). *Correio da Manhã*. p. 1.

Ordem do presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve. (1960, 7 de abril). *Jornal do Brasil*. p. 9.

Pasquini, A. S.; Toledo, C. A. (2014). Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. *Interfaces Científicas – Educação*, 2(3), 257-267.

Prefeito aprovará amanhã Escola Sarah Kubitschek. (1960, 17 de abril). *Diário Carioca*. p. 1.

Presidente não recebeu normalistas no Catete. (1960, 08 de abril). *Correio da Manhã*. p. 2.

Presidente ordenou. (1960, 2 de abril). *Correio da Manhã*. p. 6.

Proderj. (2019). *População residente total – série histórica. Estado do Rio de Janeiro e seus municípios – 1940 a 2010*. Recuperado de:
http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/excel/copos/8.1%20Demografia%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente/Tab%208.1.2.170.html

Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. (1958). Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf

‘Quórum’ adiou (para hoje) votação da escola normal. (1960, 04 de abril). *Diário Carioca*. p. 1

Rémond, R. (2003). Do político. In R. Rémond (Org.), *Por uma história política* (p. 441-454). Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV.

Ribeiro, M. L. S. (2010). *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados.

Rizzini, I.; Schueler, A. F. M. (2014). Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). *Revista de Educação Pública (UFMT)*, 23, 877-896.

Santos, M. (2008). *A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília.

Será a mesma coisa sem uma reforma total de estrutura e de mentalidade [...] “Psicologia que outros não tem”. (1958, 06 de agosto). *Correio da Manhã*. p. 1.

Trabalhei com lealdade, não pude mais resistir. (1960, 5 de abril). *Correio da Manhã*. p. 6.

3 podem... (1960, 20 de abril). *Diário Carioca*. p. 11.

Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”. (1960, 9 de abril). *Diário Carioca*. p. 1

Xavier, L. N. (2003). Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In A. M. Magaldi, C. Alves, & J. G. Gondra (Orgs.), *Educação no Brasil: história, cultura e política* (p. 487-504). Bragança Paulista, SP: Edusf.

FÁBIO SOUZA LIMA: com formação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua como professor adjunto de História da Educação na Faculdade de Educação (FACED) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: fabiosouzaclima@ufam.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1855-1738>

Recebido em: 26.02.2021

Aprovado em: 12.11.2021

Publicado em: 04.09.2022

Editor-associado responsável:

Ana Clara Bortoleto Nery (UNESP – Marília)
E-mail: ana-clara.nery@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6316-3243>

Rodadas de avaliação:

R1: dois convites; nenhuma avaliação recebida.
R2: dois convites; duas avaliações recebidas.

Como citar este artigo:

Lima, F. S. A ordem do presidente JK: formação de professores primários e interesses políticos na criação da Escola Normal Júlia Kubitschek, 1960. (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI: <http://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e224>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).